



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 1\$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa 1.

ASSINATURAS

As três séries . . . Ano	850\$	Semestre	450\$
A 1.ª série	340\$	»	180\$
A 2.ª série	340\$	»	180\$
A 3.ª série	320\$	»	170\$
Apêndices (art. 2.º, n.º 2, do Dec. n.º 365/70) — annual	300\$		
«Diário das Sessões» e «Actas da Câmara Corporativa» — por cada período legislativo	300\$		

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios é de 12\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao «Diário do Governo» desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

SUMÁRIO

Presidência do Conselho:

Declaração:

De ter sido rectificado o Decreto n.º 563/72, de 27 de Dezembro, que determina a adopção de providências destinadas a assegurar o normal abastecimento de produtos petrolíferos nas províncias ultramarinas.

Portaria n.º 142/73:

Aprova o Regulamento Interno da Comissão Executiva do Polígono de Acústica Submarina dos Açores.

Ministério da Justiça:

Portaria n.º 143/73:

Aumenta o quadro do pessoal auxiliar da Conservatória do Registo Civil de Santo Tirso.

Ministério das Finanças:

Decreto-Lei n.º 72/73:

Fixa novos limites de emissão de moedas de 2\$50 e de 5\$

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Aviso:

Torna público ter o Governo da Áustria depositado o instrumento de adesão à Convenção Internacional de 1966 sobre as Linhas de Carga e ter o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte declarado ter decidido aplicar ao território de Hong-Kong a referida Convenção.

Ministério das Obras Públicas:

Decreto n.º 73/73:

Define os preceitos a que deve obedecer a qualificação dos técnicos responsáveis pelos projectos de obras sujeitas a licenciamento municipal.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Secretaria-Geral

Declara-se, para os devidos efeitos, que entre o original arquivado nesta Secretaria-Geral e o texto do Decreto n.º 563/72, publicado no *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 299, de 27 de Dezembro, existe a seguinte divergência, que assim se rectifica:

No artigo 12.º, onde se lê: «... um terço de cada um dos anos daquele prazo.», deve ler-se: «... um terço em cada um dos anos daquele prazo.»

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho, 10 de Fevereiro de 1973. — O Secretário-Geral, *Diogo de Paiva Brandão*.

DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 142/73

de 28 de Fevereiro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, de harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 162/72, de 15 de Maio, aprovar e publicar o seguinte:

REGULAMENTO INTERNO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO POLÍGONO DE ACÚSTICA SUBMARINA DOS AÇORES

CAPÍTULO I

Da organização geral e da direcção

SECÇÃO I

Da organização geral

Artigo 1.º — 1. A Comissão Executiva do Polígono de Acústica Submarina dos Açores (C. E. P. A. S. A.) compreende os seguintes órgãos: direcção, órgãos centrais e os serviços externos.

2. A direcção é exercida por um presidente, coadjuvado por um adjunto em Lisboa e outro na ilha de Santa Maria, nos Açores.

3. Os órgãos centrais são: a secretaria e os serviços técnicos.

4. Os serviços externos são: os laboratórios e o corpo de guardas.

SECÇÃO II

Da direcção

Art. 2.º — 1. Ao presidente da C. E. P. A. S. A. compete, na dependência directa do Ministro da Defesa Nacional, orientar e dirigir superiormente toda a actividade da Comissão, cabendo-lhe especialmente as atribuições relacionadas com os fins da Comissão definidos no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 162/72, de 15 de Maio.

2. Compete ainda ao presidente da Comissão:

- a) A administração das diversas fases de construção de novos laboratórios e futuramente a administração dos mesmos laboratórios;
- b) Admitir pessoal por contrato e por assalariamento ou em regime de tarefas, devendo este regime de tarefas ser estabelecido por trabalhos específicos, cuja natureza ou duração permitam definir claramente o seu objectivo e finalidade;
- c) Efectuar as delegações de competência que por lei esteja autorizado a realizar.

Art. 3.º O adjunto do presidente da C. E. P. A. S. A. em Lisboa coadjuva o presidente na direcção da Comissão, substitui-o nas suas faltas e impedimentos e compete-lhe, especialmente:

- a) Exercer por delegação do presidente as atribuições que lhe forem cometidas;
- b) Orientar superiormente a actividade da secretaria;
- c) Colaborar com o conselho administrativo do Secretariado-Geral da Defesa Nacional no apoio a dar à C. E. P. A. S. A., de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 162/72, de 15 de Maio.

Art. 4.º O adjunto do presidente da C. E. P. A. S. A. na ilha de Santa Maria, Açores, orienta superiormente a actividade do laboratório de Santa Maria e compete-lhe, especialmente:

- a) Zelar pela conservação e segurança das instalações;
- b) Superintender nas funções dos elementos do corpo de guardas destacados em Santa Maria;
- c) Zelar pela conservação do material técnico que esteja à responsabilidade do Governo Português;
- d) Exercer por delegação do presidente outras atribuições que por este lhe sejam cometidas.

CAPÍTULO II

Dos órgãos centrais

Art. 5.º À secretaria compete realizar todos os trabalhos de expediente e arquivo necessários ao

funcionamento da C. E. P. A. S. A., cabendo-lhe, especialmente:

- a) Registrar as publicações classificadas;
- b) Exercer as funções correspondentes a um centro de comunicações.

Art. 6.º A secretaria é dirigida por um chefe de secretaria, o qual depende, directamente, do adjunto do presidente da C. E. P. A. S. A. em Lisboa.

Art. 7.º Aos serviços técnicos competem as actividades relativas à participação portuguesa no Grupo de Exploração do Polígono de Acústica Submarina dos Açores e são dirigidos por um técnico de reconhecida competência nomeado por escolha do presidente da C. E. P. A. S. A., obtida a concordância do Ministro da Defesa Nacional.

CAPÍTULO III

Dos serviços externos

Art. 8.º — 1. Os laboratórios são serviços externos da C. E. P. A. S. A., cujo funcionamento é regulado por diploma próprio.

2. A criação e extinção dos laboratórios é feita por portaria do Ministro da Defesa Nacional.

3. Aos laboratórios compete a realização dos trabalhos de investigação e experimentação que lhes forem determinados pelo presidente da C. E. P. A. S. A., de acordo com programas aprovados pelo Ministro da Defesa Nacional.

4. Os directores dos laboratórios estão directamente subordinados ao presidente da C. E. P. A. S. A.

Art. 9.º Ao corpo de guardas compete a responsabilidade da segurança das instalações de Lisboa e Santa Maria. O chefe do corpo de guardas está na dependência directa do presidente da C. E. P. A. S. A.

CAPÍTULO IV

Diversos

Art. 10.º O apoio administrativo à C. E. P. A. S. A. será prestado pelo conselho administrativo do Secretariado-Geral da Defesa Nacional, conforme o estabelecido no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 162/72, de 15 de Maio, nos moldes a definir por directivas do Ministro da Defesa Nacional.

Art. 11.º O presidente da C. E. P. A. S. A. mandará estabelecer as normas e instruções de serviço interno julgadas necessárias ao cumprimento deste Regulamento.

Presidência do Conselho, 15 de Fevereiro de 1973. — O Ministro da Defesa Nacional, *Horácio José de Sá Viana Rebelo*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Portaria n.º 143/73

de 28 de Fevereiro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, nos termos do n.º 3 do artigo 71.º

do Decreto n.º 314/70, de 8 de Julho, que seja aumentado com um lugar de escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe o quadro do pessoal auxiliar da Conservatória do Registo Civil de Santo Tirso.

Ministério da Justiça, 14 de Fevereiro de 1973.—
O Ministro da Justiça, *Mário Júlio Brito de Almeida Costa*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

SECRETARIA DE ESTADO DO TESOURO

Direcção-Geral da Fazenda Pública

Decreto-Lei n.º 72/73

de 28 de Fevereiro

Com vista a assegurar a função económica das moedas de 2\$50 e 5\$, é conveniente proceder à elevação dos limites de emissão fixados pelo Decreto-Lei n.º 75/72, de 6 de Março.

Como nas elevações anteriores, o preenchimento da margem de aumento agora autorizada será feito à medida das necessidades, ouvido o Banco de Portugal.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Os limites de emissão das moedas de 2\$50 e 5\$ são fixados em 325 000 000\$ para cada espécie.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.—
Marcello Caetano — Manuel Artur Cotta Agostinho Dias.

Promulgado em 16 de Fevereiro de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, **AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ**.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

Aviso

Por ordem superior se torna público que, segundo informação do secretário-geral da I. M. C. O., o Governo da Áustria depositou, em 4 de Agosto de 1972, o instrumento de adesão à Convenção Internacional de 1966 sobre as Linhas de Carga, que entrou em vigor, em relação àquele país, em 4 de Novembro de 1972.

Também o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte declarou, em 16 de Agosto de 1972, ter decidido aplicar ao território de Hong-Kong, a partir daquela data, a referida Convenção Internacional de 1966 sobre as Linhas de Carga.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 15 de Fevereiro de 1973.—O Adjunto do Director-Geral, *José Joaquim de Mena e Mendonça*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Gabinete do Ministro

Decreto n.º 73/73

de 28 de Fevereiro

Em execução do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 166/70, de 15 de Abril;

Tendo em consideração o relatório e a proposta da comissão incumbida do estudo da qualificação oficial a exigir aos técnicos responsáveis pelos projectos de obras sujeitas a licenciamento municipal, da qual participaram representantes da Ordem dos Engenheiros, do Sindicato Nacional dos Arquitectos, do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores e do Sindicato Nacional dos Construtores Cívicos;

Ouvido o Ministro da Educação Nacional;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Disposições gerais)

1 — A qualificação dos técnicos responsáveis pelos projectos de obras sujeitas a licenciamento municipal é a preceituada no presente diploma.

2 — Os projectos deverão, conforme o disposto nos artigos seguintes, ser elaborados e subscritos por arquitectos, engenheiros civis, agentes técnicos de engenharia civil e de minas, construtores civis diplomados ou outros técnicos diplomados em Engenharia ou Arquitectura reconhecidos pelos respectivos organismos profissionais.

3 — Quando se verifique a participação de vários técnicos na elaboração de um mesmo projecto, cada parte do projecto deverá ser subscrita pelo técnico ou técnicos que nela directamente intervêm.

4 — A declaração a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 166/70, de 15 de Abril, deverá ser subscrita pelos autores do projecto ou das respectivas partes, quando estas existam.

ARTIGO 2.º

(Loteamentos urbanos)

1 — Os estudos de urbanização, quando necessários à definição de loteamentos urbanos, serão elaborados e subscritos, conjuntamente, por arquitectos e engenheiros civis ou agentes técnicos de engenharia civil e de minas.

2 — Os projectos de loteamentos abrangidos por estudos de urbanização já aprovados ou os de loteamentos de reduzida dimensão em zonas rurais poderão ser elaborados e subscritos, isoladamente, por arquitectos, engenheiros civis ou agentes técnicos de engenharia civil e de minas.

3 — Os projectos das infra-estruturas serão elaborados e subscritos por arquitectos, engenheiros ou agentes técnicos de engenharia, de acordo com as suas especialidades e nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO 3.º

(Edifícios)

1 — Os projectos de edifícios serão, em regra, elaborados de colaboração entre arquitectos e engenheiros civis, agentes técnicos de engenharia civil e de minas e construtores civis diplomados.

2 — Os projectos de edifícios correntes, e sem exigências especiais, poderão ser elaborados, isoladamente, por arquitectos, engenheiros civis ou agentes técnicos de engenharia civil e de minas.

3 — Os projectos de edifícios correntes, e sem exigências especiais, que não excedam quatro pisos acima do nível do arruamento principal e cuja área total de pavimentos não ultrapasse 800 m², bem como os projectos de alteração e os planos de demolição correntes, poderão ser elaborados e subscritos por construtores civis diplomados.

4 — É obrigatória a intervenção de arquitectos nos projectos de novos edifícios e nos de alteração em edifícios existentes, que envolvam modificações na sua expressão plástica, nas áreas aprovadas pelo Governo para este efeito, sob proposta das câmaras municipais interessadas.

ARTIGO 4.º

(Estruturas de edifícios)

1 — Os projectos de estruturas de edifícios serão elaborados e subscritos por engenheiros civis ou por agentes técnicos de engenharia civil e de minas.

2 — Na elaboração de projectos de estruturas de complexidade técnica ou de elevado valor económico que envolvam o recurso a soluções de características não correntes é obrigatória a intervenção de engenheiro civil.

3 — Salvo prescrição regulamentar em contrário, os engenheiros e os agentes técnicos de engenharia de especialidades não previstas no n.º 1, os arquitectos e os construtores civis diplomados poderão projectar estruturas simples, de fácil dimensionamento e de execução corrente.

ARTIGO 5.º

(Instalações especiais e equipamento)

1 — Os projectos de instalações especiais e equipamento serão, em regra, elaborados e subscritos por engenheiros ou agentes técnicos de engenharia.

2 — Os projectos de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de esgotos deverão ser elaborados e subscritos, consoante a sua importância, por engenheiros civis ou agentes técnicos de engenharia civil e de minas.

3 — Na elaboração dos projectos de instalações eléctricas, de ventilação, ar condicionado, ascensores e monta-cargas, de aquecimento e outro equipamento que utilize energia deverão intervir, em regra, engenheiros electrotécnicos, engenheiros mecânicos ou agentes técnicos de engenharia de electricidade e máquinas, podendo ser admitida, também, a intervenção de outros técnicos diplomados em Engenharia, cuja actividade profissional os recomende como especialistas na matéria.

4 — Salvo disposição legal em contrário, os arquitectos e construtores civis diplomados poderão projectar instalações simples cujo dimensionamento, decorrendo da aplicação directa dos regulamentos ou de disposições técnicas oficiais, dispense outra justificação.

ARTIGO 6.º

(Disposição transitória)

1 — Enquanto não for definido pelos organismos profissionais o regime de concessão de graus de especialização, poderão as câmaras municipais continuar a aceitar projectos de autoria de técnicos cuja qualificação não obedeça aos preceitos anteriores, desde que provem que, à data da publicação do presente diploma, já apresentaram na câmara municipal em que pretendem continuar inscritos, em período não inferior a cinco anos, projectos similares por eles elaborados e subscritos que mereceram aprovação.

2 — Na falta de técnicos com as qualificações previstas neste diploma ou nas condições referidas no número antecedente e apenas durante o período em que na área do concelho interessado e dos concelhos limítrofes se mantiver tal carência, poderão as câmaras municipais aceitar projectos elaborados e subscritos por técnicos de qualificação diferente e por indivíduos não diplomados, aos quais já tenha sido reconhecida idoneidade para o efeito, desde que domiciliados naquela área, sem prejuízo, porém, do disposto nos artigos 4.º e 5.º

ARTIGO 7.º

(Intervenção das câmaras municipais)

1 — As resoluções das câmaras municipais em matéria de qualificação, tendo em conta o disposto neste decreto, serão fundamentadas em parecer dos respectivos serviços técnicos, se os houver, e deverão mencionar concretamente as razões justificativas da decisão tomada.

2 — No caso de os serviços técnicos não se encontrarem habilitados a elaborar o parecer referido no número antecedente, deverá a câmara municipal recorrer aos serviços técnicos da junta distrital, ou, na sua falta, à direcção de urbanização do respectivo distrito.

3 — Das decisões tomadas pelas câmaras municipais no âmbito do presente diploma cabe recurso para o Ministro das Obras Públicas, através da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização.

ARTIGO 8.º

(Disposição final)

As dúvidas e omissões que se verifiquem na aplicação das disposições contidas no presente decreto serão resolvidas por despacho do Ministro das Obras Públicas.

Marcello Caetano — Rui Alves da Silva Sanches.

Promulgado em 15 de Fevereiro de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.